

HISTÓRIA DO PENSAMENTO
JUDAICO-HELENÍSTICO

Título original:

Storia del pensiero giudaico ellenistico

© 2010 Editrice Morcelliana

Via Gabriele Rosa 71 – 25121 Brescia

ISBN 978-88-372-2413-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Calabi, Francesca

História do pensamento judaico-helenístico : com uma contribuição de Romano Penna sobre "A literatura canônica do movimento cristão" / Francesca Calabi ; tradução Orlando Soares Moreira. -- São Paulo : Edições Loyola, 2013.

Título original: *Storia del pensiero giudaico ellenistico*.

ISBN 978-85-15-04056-8

1. Bíblia. A.T. Pentateuco - Crítica e interpretação 2. Filosofia antiga
3. Filosofia judaica I. Penna, Romano. II. Título.

13-09183

CDD-181.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia judaica

181.3

Preparação: Maurício Balthazar Leal

Capa: Viviane B. Jeronimo

Foto de oxanatravel/© PhotoXpress

Diagramação: Ronaldo Hideo Inoue

Revisão: Renato da Rocha

Edições Loyola Jesuítas

Rua 1822, 341 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

T 55 11 3385 8500

F 55 11 2063 4275

editorial@loyola.com.br

vendas@loyola.com.br

www.loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN 978-85-15-04056-8

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9 |

1. O âmbito de referência | 9 |
 2. Distinções e denominações | 10 |
 3. O período histórico | 12 |
 4. No Egito | 14 |
- Bibliografia | 16 |

CAPÍTULO PRIMEIRO

GRÉCIA E ORIENTE | 17 |

Bibliografia | 19 |

1. A *Carta de Aristeia* | 19 |
 - 1.1. Um relato sobre a tradução da Bíblia | 19 |
 - 1.2. Tradução e inspiração | 21 |
 - 1.3. Alexandria e Jerusalém | 23 |
 - 1.4. Sabedoria e virtude | 24 |
- Bibliografia | 26 |

CAPÍTULO SEGUNDO

EXEGESE E COMENTÁRIO | 31 |

1. O estudo do texto | 31 |
 2. Aristóbulo | 32 |
 - 2.1. O sétimo dia | 35 |
- Bibliografia | 36 |

CAPÍTULO TERCEIRO

FÍLON DE ALEXANDRIA | 39 |

1. Filon e a comunidade hebraica alexandrina | 39 |
2. Entre Alexandria e Jerusalém | 40 |
3. Os escritos filonianos | 42 |

4. A análise filoniana	53
4.1. Em seis dias Deus criou o mundo	53
4.2. As regras e as modalidades da exegese	55
4.3. Comentários platônicos e exegese bíblica	57
4.4. A unidade e a coerência do texto	59
4.5. A referência ao <i>Timeu</i>	61
4.6. O <i>lógos</i> e as potências	62
4.7. Potências, causas, <i>middot</i>	65
4.8. Transcendência, incognoscibilidade e inominabilidade de Deus	65
4.9. A revelação	67
4.10. Significados alegóricos dos personagens bíblicos	69
4.11. Literalidade e observância	72
4.12. Os terapeutas	73
4.13. Filon e os Padres da Igreja	75
4.14. Filon na tradição hebraica	77
Bibliografia	78

CAPÍTULO QUARTO

OS ESSÊNIOS E QUMRAN | 85 |

1. Os rolos do mar Morto	87
2. O mal e a escatologia	88
3. O <i>Documento de Damasco</i>	90
4. <i>Pesher</i>	90
Bibliografia	92

CAPÍTULO QUINTO

A LITERATURA SAPIENCIAL | 95 |

1. Coélet (Eclesiastes)	95
Bibliografia	97
2. A Sabedoria de Jesus ben Sirac	98
2.1. Sabedoria e lei	99
2.2. Sabedoria e temor de Deus	101
2.3. Imortalidade e bom nome	101
2.4. Sorte	103
Bibliografia	103
3. A Sabedoria de Salomão	104
3.1. Atribuição	104
3.2. O fundo teórico e literário	105
3.3. A estrutura da obra	106
3.4. Morte e imortalidade	107
3.5. Os interlocutores	108
3.6. A sabedoria	110
3.7. Caracteres da sabedoria	111
3.8. Imortalidade e incorruptibilidade	112

3.9. A sorte do livro da Sabedoria | 114 |

Bibliografia | 114 |

CAPÍTULO SEXTO

OS LIVROS DOS MACABEUS | 115 |

1. 1 Macabeus | 115 |

1.1. Sorte | 117 |

2. 2 Macabeus | 117 |

2.1. Punições e sofrimento | 119 |

2.2. Origem do mundo e vida eterna | 121 |

2.3. A morte exemplar | 122 |

2.4. Sorte | 123 |

3. 3 Macabeus | 123 |

4. 4 Macabeus | 124 |

4.1. Razão e Lei | 125 |

4.2. Referências filosóficas | 127 |

4.3. Sorte | 127 |

Bibliografia | 127 |

CAPÍTULO SÉTIMO

IDENTIDADE, CONVERSÃO, OBSERVÂNCIA | 129 |

1. José e Asenat | 129 |

1.1. A história | 130 |

1.2. Pão, vinho, óleo | 133 |

1.3. O mel e as abelhas | 134 |

1.4. Analogias com outros textos | 135 |

1.5. A tradição textual e a sorte da obra | 136 |

Bibliografia | 137 |

CAPÍTULO OITAVO

COMPONENTES APOCALÍPTICOS | 139 |

1. A apocalíptica | 139 |

2. O livro de Daniel | 142 |

3. *A Regra da guerra dos filhos da luz contra os filhos das trevas (1QM)* | 145 |

4. *O Livro dos jubileus* | 146 |

5. *Os Testamentos dos 12 patriarcas* | 147 |

6. Oráculos sibilinos | 148 |

7. O messianismo | 150 |

8. 4 Esdras | 152 |

9. 2 Baruc | 152 |

Bibliografia | 153 |

CAPÍTULO NONO

JESUS E PAULO | 157 |

1. O conflito com Roma | 157 |

2. Jesus | 160 |

Bibliografia | 163 |

3. A literatura canônica do movimento cristão (de Romano Penna) | 164 |

3.1. A gênese dos escritos | 165 |

3.2. Características formais dos escritos | 167 |

3.3. Mensagem e inculturação | 173 |

3.4. Conclusão | 188 |

Bibliografia | 189 |

CAPÍTULO DÉCIMO

HISTORIOGRAFIA E REESCRITURA DA BÍBLIA | 193 |

1. A guerra | 193 |

2. Flávio Josefo | 194 |

3. Os fariseus | 195 |

4. Os saduceus | 197 |

5. Primeiras relações de Josefo com Roma | 198 |

6. Depois da derrota | 205 |

7. Em Roma | 206 |

8. Antiguidades judaicas | 207 |

9. Releituras e reelaborações | 210 |

10. O *Contra Apião* | 212 |

11. O papel de Flávio Josefo | 214 |

12. Tradição | 216 |

Bibliografia | 217 |

13. O *Livro das antiguidades bíblicas* | 221 |

Bibliografia | 222 |

ÍNDICE DOS NOMES ANTIGOS E DAS OBRAS ANÔNIMAS | 225 |

ÍNDICE DOS AUTORES MODERNOS | 233 |

ÍNDICE DOS LUGARES | 235 |

INTRODUÇÃO

1. O âmbito de referência

Pensamento judaico-helenístico é uma expressão extremamente ampla, sem fronteiras bem definidas. Compreende a filosofia, mas certamente não pode se limitar a ela; estende-se a âmbitos teóricos incluídos em obras de caráter literário, em escritos religiosos, em elaborações apologéticas ou parenéticas, ou seja, em produtos extremamente variados, distantes, muitas vezes, tanto na forma como nas intenções, das obras que habitualmente fazem parte de uma história da filosofia.

O próprio termo “filosofia” remete às suas origens gregas, e é significativo que a história da filosofia hebraica tenha origem justamente na época do helenismo, ou seja, no momento em que o judaísmo tem encontro direto com a cultura grega. Em sentido estrito, porém, no período helenístico pode-se falar de filosofia hebraica somente a propósito de Fílon de Alexandria, talvez de Aristóbulo, ou seja, dos autores que, consciente e sistematicamente, utilizaram categorias filosóficas para sua elaboração, num diálogo contínuo e denso com o platonismo, o aristotelismo, o estoicismo, o epicurismo e outras orientações teóricas. Trata-se de autores que não somente escrevem em grego e são formados na cultura grega, mas que nela se inspiram como seu ponto de referência natural, como âmbito categorial de interpretação da realidade e das Escrituras. Em particular, Fílon — verdadeiro iniciador de um modo de fazer filosofia, de uma abordagem do saber e da tradição que depois serão amplamente seguidos na história da cultura posterior — situa-se num terreno virgem que conjuga interpretação da *Bíblia* e leitura do pensamento grego. Nessa ótica, são dificilmente definíveis obras judaicas do período helenístico, como o *Livro da Sabedoria* ou *José e Asenat*, ou também a *Carta de Aristeia*. Trata-se de obras de origens muito diferentes, relacionadas a âmbitos conceituais extremamente variados que, se não podem ser chamadas de filosóficas em sentido estrito, pertencem certamente, porém, de pleno direito, à história do pensamento. Ou seja, as obras de que falarei nesta história pertencem a vários “gêneros” e não são, nesse sentido, redutíveis a uma única esfera.

Também do ponto de vista geográfico os ambientes de origem são diferentes. O fulcro da produção é, sobretudo, Alexandria do Egito, mas o ponto de referência ideal é Jerusalém, que constitui o polo para o qual olha a diáspora, o lugar onde está o Templo, o farol para o qual todos os hebreus se voltam em suas esperanças e em suas orações e para onde se dirigem em suas peregrinações anuais. Também Jerusalém está fortemente impregnada da cultura helenística; as relações com os macedônios, antes, e com os romanos, depois,

constituem um elemento significativo de reflexão e de reelaboração de ideias, de hábitos, de relações. Por vezes, os governantes de Jerusalém adotam escolhas de abertura e de confronto em relação à cultura dos países circunstantes, parte da população da Judeia é helenizada e o grego é língua de uso comum. Esse estado de coisas nem sempre é geral e, em certos casos, suscita violentas reações. Testemunhas disso são algumas obras do período que propugnam a abertura e a assimilação ou, vice-versa, defendem a necessidade da manutenção da própria tradição e a desconfiança em relação a costumes “estrangeiros” e idólatras. Entre as primeiras podemos considerar a tradução da Bíblia para o grego ou as já citadas *José e Asenat* e a *Carta de Aristeia*, e entre as segundas os *Livros dos Macabeus*.

Prescindindo do autoentendimento e das intenções, o período em questão cobre cerca de quatro séculos, do século III a.C. — ou, segundo outra opinião, antes da era vulgar — ao século I d.C. — ou da era vulgar —, período que, mais que helenístico, deveria portanto ser chamado, mais propriamente, de helenístico e imperial. Trata-se de um período relativamente breve, mas cujos efeitos haverão de se refletir depois por séculos, riquíssimo em efervescências e na construção de formas de saber, de encontros entre culturas e mentalidades, de formação de novos âmbitos religiosos, de criação de tradições.

Nessa ótica, o próprio termo “helenismo” deve ser considerado em suas diferentes facetas. Se, de um lado, indica um período histórico — o tempo que vai do reino de Alexandre Magno à batalha de Actos, em 31 a.C. —, em outra perspectiva significa uma forma cultural

GRÉCIA E ORIENTE

Os primeiros sinais de efetivo interesse recíproco entre cultura grega e cultura oriental remontam ao período helenístico: já no século IV floresceram tradições que implicavam relações entre sábios gregos e sábios orientais. Segundo Aristóxeno de Tarento, Sócrates teria tido uma conversa com um sábio indiano, ao passo que, para Clearco de Soli, Aristóteles, no período em que ensinava em Asso, teria encontrado um sábio judeu com quem teria tido uma discussão sobre a natureza da alma e sobre a incorruptibilidade do corpo. O tema do encontro entre filosofia grega e sabedoria oriental tornou-se um lugar-comum: Pitágoras e Platão teriam aprendido suas teorias dos egípcios; Academia e Peripato teriam tido interesse pelas tradições orientais. Os judeus eram filósofos por excelência, segundo Teofrasto, que estudava os rituais deles. No testemunho de Estrabão para Megástenes, um grego que viajou pela Índia por volta de 300 a.C., as origens da filosofia remontariam aos brâmanes. Depois teria sido forte a influência da cultura iraniana: Estrabão, Díon Crisóstomo e Pausânias falavam de encontros com os magos. Segundo Plínio, o peripatético Hermipo, que viveu por volta de 200 a.C., teria comentado dois milhões de versos deixados por Zoroastro e afirmado a origem oriental da filosofia grega, segundo a qual, por exemplo, Pitágoras teria aprendido dos hebreus e dos trácios.

Para muitos autores, os orientais eram detentores de formas de sabedoria e de filosofia que depois vieram a ser acatadas pelos gregos. Já no século V a.C., Xantos da Lídia tinha nomeado Zoroastro, colocando-o seis mil anos antes, Ctesias o citava como rei da Batriana, circundado de magos, descrição repetida por Pompeu Trogo no fim do século I. A tradição de tais vínculos é citada por Sêneca; Proclo fala de débito de Platão para com Zoroastro, e Numênio refere as origens das teorias platônicas às sabedorias orientais. Também para Clemente os primeiros filósofos teriam tirado ensinamento delas: ele elabora a teoria do furto praticado pelos gregos em relação às sabedorias dos povos vizinhos. Trata-se, portanto, de teorias de longo período, que muitas vezes apresentam as tradições dos diferentes povos de maneira bastante indistinta; assim, para Clearco, por exemplo, era possível que os brâmanes indianos descendessem dos magos persas. Nessa ótica, é significativo Hecateu de Abdera, que viveu em Alexandria por volta de 300 a.C. Ele utilizou relatórios de sacerdotes egípcios para falar das origens dos judeus. Nesses relatos, judeus, sacerdotes babilônios e Dânao teriam sido todos de origem egípcia.

A difusão da diáspora judaica esclareceu em muitos pontos a confusão de semelhante imagem e contribuiu para fornecer um quadro mais preciso dos vários povos. O próprio Hecateu forneceu informações sobre o povo judeu, obtidas junto aos hebreus que

um Deus ligado a uma revelação e à história. Relacionam-se os ensinamentos que caracterizam a lei mosaica: “que Deus é um e que a sua potência é evidente em todas as coisas” (§ 132), que ninguém pode escapar à justiça divina, que toda divinização de imagens, objetos, animais, personagens deve ser recusada com decisão. No discurso que Eleazar dirige aos enviados de Ptolomeu é esclarecido que viver bem consiste em observar as leis, que a companhia de sábios e de sábios contribui para a aquisição de comportamentos honestos, que preceitos e castigos são enviados por Deus, a quem nada escapa. São explicitados o monoteísmo e a rejeição da idolatria, são criticados o evemerismo e o culto das imagens. A referência para o agir é constituída pela Torá, a lei mosaica escrita na Bíblia, cujo valor pedagógico e simbólico está presente nas normas. Elas contêm um ensinamento moral, têm um valor que supera o imediato. “Os preceitos não foram estabelecidos por acaso ou por alguma improvisação da alma, mas em vista da verdade e para indicar a reta razão” (§ 161). São, além disso, introduzidas normas de pureza, leis comportamentais, explicações sobre o modo de entender a realidade.

As normas alimentares são ocasião para um discurso sobre as motivações que estimularam Moisés a dar determinados preceitos: procura da justiça e recusa da violência. Por meio da proibição de alguns animais “o legislador quis significar aos homens inteligentes que precisam ser justos, não fazer nada com violência e não confiar na própria força para oprimir os outros” (§ 148). A lei constitui um ensinamento e “tudo o que é permitido em relação a esses animais e ao gado foi, portanto, estabelecido por simbolismo” (§ 150). Há, assim, no texto um questionar-se sobre as normas, uma procura de significado, a vontade de atribuir particular valor à observância. Não se trata tanto de uma coação vinda de sua origem divina, mas do reconhecimento de sua racionalidade, da validade de seus conteúdos, da importância de seu valor simbólico. Introduce-se o tema do valor metafórico e alegórico da Bíblia, da relação entre explicação literal e exegese alegórica que atravessará depois todo o judaísmo helenístico. O problema da interpretação do texto bíblico terá, com efeito, grande destaque nas obras do período e será por ele transmitido à patrística.

Bibliografia

Traduções e comentários

ANDREWS, H. T. The Letter of Aristeas. In: CHARLES, R. H. *Apocrypha and Pseudepigrapha of the Old Testament*. Oxford, 1913, v. II, p. 83-122.

HADAS, M. *Aristeas to Philocrates*. New York, 1951.

KRAUS REGGIANI, C. *La Lettera di Aristeia a Filocrate*. Roma, 1979.

Lettera di Aristeia. In: *Apocrifi dell'Antico Testamento*. Ed. P. Sacchi. Brescia, 1997; v. V: *Letteratura giudaica di lingua greca*. Ed. L. Troiani.

Lettera di Aristeia a Filocrate. Ed. F. Calabi. Milano, 1995, 2006.

MEECHAM, H. G. *The Oldest Version of the Bible*. London, 1932; repr. in ———. *The Letter of Aristeas*. Manchester, 1935 (bibliografia e texto de Thackeray).

PELLETIER, A. *Lettre d'Aristée à Philocrate*. Paris, 1962.

- THACKERAY, H. ST. J. *The Letter of Aristeas*. London, 1917 (revisão de uma tradução precedente publicada em *Jewish Quarterly Review*, 15 [1903] 337-391).
- TRAMONTANO, R. *La Lettera di Aristeo a Filocrate*. Napoli, 1931.
- WENDLAND, P. Der Brief des Aristeas. In: KAUTZSCH, E. *Apokryphen und Pseudepigraphen des Alten Testaments*. Tübingen, 1900, v. II, p. 1-31.

Estudos

- AALDERS, G. J. D. *Political Thought in Hellenistic Times*. Amsterdam, 1975.
- BARCLAY, J. M. G. Using and Refusing Jewish Identity. Strategies under the Hegemony of Hellenism. In: KONRADT, M., STEINERT, U. (ed.). *Ethos und Identität Einheit und Vielfalt des Judentums in hellenistisch-römischer Zeit*. Paderborn, 2002, p. 13-25.
- BARTLETT, J. R. (ed.). *Jews in the Hellenistic and Roman Cities*. London/New York, 2002.
- BERTELLI, L. Il modello della società rurale nell'utopia greca. *Il Pensiero Politico*, 2-3 (1976) 183-208.
- BICKERMAN, E. J. *Studies in Jewish and Christian History*. Leiden, 1976-1986, v. I-III.
- CALABI, F. Aristeo e il Tempio di Gerusalemme. *Quaderni di storia* 38 (1993) 47-64.
- CANFORA, L. *Il viaggio di Aristeo*. Roma, 1996.
- COLLINS, N. L. *The Library in Alexandria and the Bible in Greek*. Leiden/Boston/Köln, 2000.
- COLLINS, J. J. *Jewish Cult and Hellenistic Culture*. Essays on the Jewish Encounter with Hellenism and Roman Rule. Leiden/Boston, 2005.
- DENIS, A.-M. et al. *Introduction à la littérature religieuse judéo-hellénistique*. Turnhout, 2000.
- FELDMAN, L. H. *Jew and Gentile in the Ancient World*. Princeton, 1993.
- FERNÁNDEZ MARCOS, N. *La Biblia dei Settanta*. Introduzione alle versioni greche della Bibbia. Brescia, 2000; ed. orig.: *Introducción a las versiones griegas de la Biblia*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998.
- FÉVRIER, J. G. *La date, la composition et les sources de la Lettre d'Aristée à Philocrate*. Paris, 1925.
- FORABOSCHI, D. L'ideologia della ricchezza in Aristeo. In: *Studi Ellenistici*. Ed. B. Virgilio. Pisa, 1987, II, p. 63-74.
- GARA, A. Schiavi e soldati nella Lettera di Aristeo. In: *Studi Ellenistici*. Ed. B. Virgilio. Pisa, 1987, II, p. 75-90.
- GOODENOUGH, E. R. The Political Philosophy of Hellenistic Kingship. *Yale Classical Studies*, I (1928).
———. *The Jurisprudence of the Jewish Courts in Egypt*. Legal Administration by the Jews under the Early Roman Empire as Described by Philo Judaeus. New Haven, 1929.
- GOODING, D. W. Aristeas and Septuagint Origins: A Review of Recent Studies. *Vetus Testamentum*, XIII, 4 (1963).
- GOODMAN, M. *Mission and Conversion*. Proselytizing in the Religious History of the Roman Empire. Oxford, 1994.
- GRAETZ, H. *Die Abfassung der Pseudepistola Aristeas*. Monatschrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums, Dresden, 1876.
- GRANT, R. M. *The Talmud and Rabbinic Literature*. Oxford, 1975.
- GRANT, R. M. *The Talmud and Rabbinic Literature*. Oxford, 1975.



Que tal continuar a leitura?

Adquira já o seu exemplar!



Comprar